

# Lula pede que STF obrigue CNMP a julgar caso do PowerPoint

20/08/2020

A defesa do ex-presidente Lula ajuizou nesta quinta-feira (20/8) ação cível originária pedindo que o Supremo Tribunal Federal obrigue o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a julgar pedido de providências contra o procurador Deltan Dallagnol.

Reprodução/Twitter



Procurador Deltan Dallagnol fez apresentação em *PowerPoint* durante performance em coletiva de imprensa

O processo que corre no CNMP diz respeito a uma apresentação feita em 16 de setembro de 2016 pelo coordenador da "lava jato" no Paraná, durante entrevista coletiva. Na ocasião, Dallagnol utilizou um *PowerPoint* para acusar Lula de chefiar organização criminosa. A ação, ajuizada no Conselho um dia depois da performance, também mira os procuradores Julio Carlos Motta Noronha e Roberson Henrique Pozzobon.

O julgamento do pedido de providências, mais antigo processo no CNMP envolvendo a "lava jato", já foi adiado 42 vezes. A última prorrogação ocorreu na terça-feira (18/8), às vésperas do caso prescrever.

As punições brandas, como a de censura e de advertência, já caducaram. Restam agora as penas de demissão e cassação da aposentadoria, que prescrevem em menos de um mês, em 13 de setembro.

"Depreende-se do Regimento Interno do CNMP (Artigo 90) que o prazo máximo para conclusão de um processo administrativo disciplinar é de 90 dias. No caso vertente o julgamento está pendente há mais de 1.400 dias", afirma a inicial protocolada no STF. O texto é assinado pelos advogados **Cristiano Zanin, Valeska Martins, Maria de Lourdes Lopes, Eliakin dos Santos e Guilherme Gonçalves**.

A defesa de Lula também destaca que a duração razoável do processo e a celeridade de sua tramitação, a partir da Emenda Constitucional 45/04, passou a integrar a lista dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal.

Diz, ainda, que os sucessivos adiamentos do julgamento contrariam as recomendações prescritas no *Guidelines on the Role of Prosecutor* (Diretrizes Sobre o Papel do Promotor, em tradução livre). A orientação, aprovada pela Organização das Nações Unidas, diz que os procedimentos disciplinares envolvendo promotores devem ocorrer de forma "expedita" e "justa".

"Emerge com nitidez do cenário apresentado que nada justifica que a análise da conduta dos procuradores da República indicados no pedido de providência em tela tenha sido adiado por quase 4 anos e por 42 sessões de julgamento sob o prisma correicional, com a real possibilidade de prescrição", prossegue a ação.



Ainda de acordo com os advogados, "os sucessivos adiamentos dessa análise, que passaram por relatorias e gestões diversas no âmbito do CNMP, por si só indicam uma forma de impunidade e incompatibilidade com o sistema republicano, em que todos se mostram submetidos às leis".

A defesa solicita, por fim, que a ação tramite no STF de forma prioritária, em vista da prescrição que se avizinha, e que seja concedida liminar determinando que o CNMP aprecie o caso do *PowerPoint* já na próxima sessão do colegiado, que ocorre em 25 de agosto.

### **Suspeição**

Além do pedido de providências no CNMP, a apresentação em *PowerPoint* também fundamenta um [HC pedindo a suspeição de procuradores do MPF](#), entre eles Dallagnol, no caso do apartamento no Guarujá.

Os advogados de Lula questionam a proximidades entre os integrantes da "lava jato" no Paraná e o ex-juiz Sergio Moro. O HC foi protocolado depois que o site o *The Intercept* revelou uma série de conversas entre Moro e a autointitulada "força-tarefa" de Curitiba.

O pedido para declarar os procuradores suspeitos e anular a condenação de Lula no caso do apartamento do Guarujá tramita no STF desde agosto de 2019. Nele, a relação entre os procuradores brasileiros e o FBI também é questionada.

### **Pedido de providências 1.00722/2016-20**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-ago-20/lula-stf-obrigue-cnmp-julgar-powerpoint/>